

AJUSTE DIRETO Nº 84/2017-F/AD

Prestação de serviço de formação e consultadoria jurídica

1. Foi convidado o prestador de serviços Carla Margarida Costa para apresentar proposta. No decorrer do prazo para a entrega das propostas, o concorrente não solicitou qualquer tipo de esclarecimento, nem evidenciou erros ou omissões.
2. Foi apresentada a concurso a proposta do prestador de serviços que se indica no quadro seguinte:

<i>Entrada/Data/Hora</i>	<i>Designação do concorrente</i>
22/11/2017 22:39 Horas	Carla Margarida Costa

- 2.1 A proposta foi instruída com os documentos previstos na alínea a) do nº1 e alíneas a) e b) do nº2 do artigo 57 do CCP.
- 2.2 O prestador de serviços não se encontra na situação prevista no nº2 do artigo 54 do CCP.
- 2.3 Não há conhecimento que o prestador de serviços esteja abrangido pelos impedimentos previstos no artigo 55 do CCP.
- 2.4 Não se verifica em relação à proposta qualquer das situações previstas nas alíneas d) a n) do artigo 146 do CCP.
- 2.5 Da análise dos atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam os critérios de adjudicação, solicitou-se ao prestador de serviços o seguinte esclarecimento: *"Considerando que o preço base fixado no caderno de encargos (6 000,00€) é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.*

Analisada a proposta submetida por V. Exa., verifica-se e cita-se "As horas de formação que excederem o tempo de trabalho presencial mensal



acordado, serão pagas de acordo com o despacho 3363/2017 publicado no DRE 2ª serie n.º 79 de 21 de abril de 2017"

Face à divergência exposta, solicita-se o esclarecimento que considere oportuno."

Tendo o prestador de serviços esclarecido: *"Lamento o sucedido, trata-se de lapso da minha parte.*

A referência que indicam não deveria constar da proposta enviada (estava relacionada com procedimento de contratação a outra entidade).

Remeto, por isso, a Proposta em conformidade com o convite e caderno de encargos." Tendo sido analisada a resposta os serviços são da opinião que a mesma deve ser aceite.

a) Não é aplicável o disposto na alínea a) a c) do nº. 2 do art. 70º do CCP, visto não ter sido apresentado pelo prestador de serviços, nem tal estar previsto no caderno de encargos de quaisquer atributos nos termos da alínea b) e c) do nº1 do art. 57º.

b) Após verificação da lista de preços unitários que serviu de base à elaboração da proposta não se detetaram quaisquer divergências com a lista constante do processo de procedimento e que foi facultada ao prestador de serviços. Mais se constatou a inexistência de quaisquer erros. Assim o valor da proposta a considerar para efeitos de adjudicação é o apresentado pelo prestador de serviços e é o que consta no quadro seguinte.

<i>Designação do concorrente</i>	<i>Preço global *</i>
Carla Margarida Costa	6 000,00€

***Valor sem IVA Incluído**

c) Não se detetaram nenhuma das situações previstas na alínea f) e g) do nº.2 do art. 70º.

d) Não houve lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final.

Conclusão:

Face ao atrás exposto propõe – se que:

- 1- Seja admitida para adjudicação a proposta do prestador de serviços **Carla Margarida Costa** por a mesma não estar abrangida por nenhuma das circunstâncias previstas no nº2 do artigo 146º que implique a sua exclusão.

Tondela, 04 de dezembro de 2017

O Chefe de Divisão



Manuel Andrade, Engº

Concordo com o relatório, adjudique-se ao prestador de serviços mencionados.

**Tondela, 04 de dezembro de 2017
O Presidente da Câmara Municipal**



José António Gomes de Jesus, Dr.